

SABINE GOROVITZ E
ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

EDITORA



UnB

Reitora
Vice-Reitor



Universidade de Brasília

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

SABINE GOROVITZ E
ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

EDITORA



UnB

**Coordenadora de produção editorial
Preparação e revisão**

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Jeane Antonio Pedrozo

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada
ou reproduzida por qualquer meio sem a
autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P769 Políticas e tendências de internacionalização do ensino superior
no Brasil / Sabine Gorovitz e Enrique Huelva Unternbäumen
(org.). - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2021.
284 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-156-2

1. Ensino superior - Internacionalização - Brasil. 2. Educação -
Cooperação internacional. 3. Política linguística. 4. Redes de
cooperação acadêmicas. I. Gorovitz, Sabine (org.). II.
Unternbäumen, Enrique Huelva (org.).

CDU 378

Sumário

Apresentação	9
--------------------	---

PARTE 1

PROCESSOS, POLÍTICAS E PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO HOJE

Capítulo 1

A internalização das universidades brasileiras	15
--	----

Heitor Gurgulino de Souza

Universidade da ONU

Capítulo 2

Políticas de Integração e Cooperação Técnica de Internacionalização das Instituições de Ensino Superior — perspectivas Unesco	31
--	----

Maria Rebeca Otero Gomes e Thais Guerra

Unesco

Capítulo 3

Expectativas para o crescimento do Programa MARCA MERCOSUL	45
--	----

Grasiele Reisdörfer

MEC – Programa Marca Mercosul

Capítulo 4

Educação superior brasileira: cenários e reais e possibilidades de cooperação Brasil/Goa/Índia	53
---	----

Marcos Formiga

UnB/Ceam – Núcleo do Futuro

PARTE 2

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM PROL DA INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA

Capítulo 5

Políticas del lenguaje en el campo de las ciencias y la educación superior en América Latina 73

Rainer Enrique Hamel

Universidad Autónoma Metropolitana – UAM

Capítulo 6

Plurilingüismo Académico: a intercompreensão como prática comunicativa em contexto universitário 101

Angela Erazo Muñoz

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Capítulo 7

A Língua Portuguesa em Goa / Índia: uma breve história e evolução mais recente 117

Aurobindo Xavier

Sociedade Lusófona de Goa – LSG

Capítulo 8

Missões e desafios da Agência Universitária da Francofonia (AUF) 127

Isabela de Cerqueira Silva Ospital

Agência Universitária da Francofonia – AUF

Capítulo 9

Pela diversidade linguística nas universidades: o monolingüismo do inglês em debate 135

Sabine Gorovitz

Universidade de Brasília – UnB

PARTE 3

POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO, REDES E AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Capítulo 10

Universidade de Brasília e a Aliança Universitária da Região do Ruhr:
atividades e desafios 147

Stephan Hollensteiner e Fernando Oliveira Paulino

Faculdade de Comunicação – FAC/UnB

Capítulo 11

A cooperação universitária com a Alemanha e o papel do Serviço
Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) 161

Martina Schulze

Deutscher Akademischer Austauschdienst – DAAD

Capítulo 12

Internacionalización en la Organización de los
estados Iberoamericanos 173

Paulo Speller

OEI

Capítulo 13

A Cooperação Acadêmica da União Europeia com o Brasil 183

Claudia Gintersdorfer

União Européia – UE

Capítulo 14

A contribuição dos estudos latino-americanos para a
internacionalização das universidades brasileiras e para a produção
de um conhecimento global 193

Rebecca Lemos Igreja e Simone Rodrigues Pinto

Universidade de Brasília – UnB

PARTE 4

BOAS PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL

Capítulo 15

O processo de internacionalização acadêmica da Unicamp 213

Luís Augusto Barbosa Cortez

Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri)/Unicamp

Capítulo 16

Panorama da cooperação franco-brasileira em matéria de
pesquisa científica e ensino superior 235

Alain Bourdon

Embaixada da França no Brasil

Capítulo 17

Acordos internacionais entre a FAU/UnB e as
universidades estrangeiras 243

Cláudia Estrela Porto

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UnB

PARTE 1

PROCESSOS, POLÍTICAS E PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO HOJE

CAPÍTULO 3

Expectativas para o crescimento do Programa MARCA MERCOSUL

Grasiele Reisdörfer¹

MEC – Programa Marca Mercosul

Breve histórico do SEM — Setor Educacional do Mercosul

A composição do MERCOSUL — Mercado Comum do Sul ocorreu oficialmente em 1991, por meio do Tratado de Assunção, porém sua formulação começou a caminhar desde o ano de 1986. A princípio, o bloco era formado por sindicatos de trabalhadores com objetivos comuns, tal como livre circulação de trabalhadores na região. Posteriormente, o bloco ganhou força e interesses políticos, oficializando-se em 1991 pelo Protocolo de Ouro Preto, envolvendo os países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O fato de o Mercosul ter sido proposto como um futuro mercado comum e não simplesmente uma área de livre comércio trouxe às organizações de trabalhadores um horizonte de anos de negociações sobre questões delicadas, como a circulação de profissionais. Recorda-se que, nas primeiras reuniões do bloco, os conteúdos dos principais acordos negociados foram de assuntos variados, entre eles: a redução de tarifas, regras de origem, serviços, migração, compras dos governos, resolução de disputas, trabalho, educação e meio ambiente. Essas temáticas foram

¹ Grasiele Reisdörfer é colaboradora do Mercosul Educacional desde 2013, atuando na Comissão de Área de Educação Superior (CAES) através dos Grupos de Trabalho (GTs) do Sistema Integrado de Mobilidade Mercosul (SIMERCOSUL), GT — NEIES/NEPES — Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior e GT de Reconhecimento de Títulos.

desenvolvidas e ampliadas, estabelecendo-se grupos de trabalho específicos que se estendem à atualidade, como o Setor Educacional do Mercosul – SEM (VON BULOW, 2014).

Como já mencionado, o objetivo principal da formação do bloco era o fortalecimento da região e a livre circulação de trabalhadores, objetivo esse que não está distante do que o SEM visa na atualidade — como o progresso da mobilidade acadêmica, a intenção da livre circulação de estudantes por meio da facilitação da revalidação de diplomas e anseios de dupla diplomação entre as universidades da região.

O Setor Educacional do Mercosul

A temática da educação sempre foi discutida desde a criação do Mercosul, sobretudo após a concepção do SEM, de âmbito intergovernamental. A instância máxima da área educacional do Mercosul é a Reunião de Ministros de Educação (RME), que teve origem em dezembro de 1991 a partir do firmamento do Protocolo de Intenções, em que os ministros da educação da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai decidiram criar a referida instância como órgão responsável por todas as decisões e desenvolvimento de políticas relacionadas à educação na esfera do Mercosul. Posteriormente, incorporou-se à estrutura orgânica do Mercosul, por Decisão do Conselho de Mercado Comum do Mercosul (CMC n.º 07/91), o requisito que o SEM tem a função de propor medidas com ênfase em coordenar políticas educativas nos Estados partes. Dessa maneira, a partir de 1992, iniciou-se o desenvolvimento do setor, a partir de comissões de área que promovem a elaboração de planos executados inicialmente de forma trienal e, posteriormente, de maneira quinquenal.

A RME ocorre duas vezes por ano, ao final de cada semestre, e é seguida de várias instâncias decisórias. Todas as ações do SEM acontecem

por meio desse processo. Segundo a descrição inicial do sítio eletrônico do setor, ao longo do tempo, a Reunião de Ministros criou outras instâncias de apoio ao SEM. Em 2001, o CMC, por meio da decisão 15/01, aprovou a “Estrutura orgânica do Setor Educacional do Mercosul”, onde se criou o Comitê Coordenador Regional, formado pelas assessorias de gabinetes dos ministros (técnicos executivos dos gabinetes dos ministérios, especializados em encaminhar projetos e eventualmente tomar decisões e levá-las aos ministros); as Comissões Coordenadoras das Áreas Básicas, Tecnológica e a de Formação docente e a de Educação Superior, as quais, por sua vez, possuem Grupos Gestores de Trabalhos e Projetos (GT). Estes últimos têm em média duas reuniões presenciais a cada semestre, além de videoconferências. Eles elaboram e encaminham projetos de integração e contribuem na elaboração dos planos de operação com as prioridades do Setor Educacional do Mercosul e, por fim, o Comitê Gestor do Sistema de Informação e Comunicação.

Em 2005, foi criado o Comitê Assessor do Fundo Educacional do Mercosul (CAFEM), com o objetivo de gerir os aportes financeiros dos países ao Fundo Educacional do Mercosul (FEM). Em 2006, foi instituída a Rede de Agências Nacionais de Acreditação (RANA), e, em 2011, foi lançada a Comissão Regional Coordenadora de Formação Docente. Além destes, existem outras instâncias, provisórias e permanentes, que gerenciam ações específicas.

O tema Mobilidade no Setor Educacional do Mercosul

O Setor Educacional do Mercosul tem como um dos seus eixos a política de promoção da mobilidade acadêmica. A temática foi apontada inicialmente no Plano Estratégico 2001-2005, que estabeleceu como um

de seus objetivos o desenvolvimento de programas de mobilidade, projetos e atividades relativas à gestão acadêmica e institucional, a mobilidade de estudantes e o intercâmbio de professores e pesquisadores.

Essa linha de ação foi estabelecida pelo Plano 2006-2010, que fortaleceu a missão do Setor Educacional do Mercosul em moldar um espaço educativo comum, por meio de políticas que associam a educação com o processo de integração do Mercosul, o fomento da mobilidade, o intercâmbio, a formação de uma identidade regional e cidadania, a fim de alcançar uma educação de qualidade para todos, com atenção especial para os setores mais vulneráveis no processo de desenvolvimento com justiça social e respeito à diversidade cultural dos povos da região. Mais precisamente, o objetivo estratégico n.º 4 é promover e fortalecer os programas de mobilidade de estudantes, estagiários, professores, pesquisadores, gestores, executivos e profissionais.

Nesse contexto, surgiram as primeiras iniciativas referentes à mobilidade, tais como o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA), para cursos de graduação credenciados pelo Mecanismo Regional de Acreditação; o Programa de Mobilidade de Docentes de Graduação; o Projeto de Apoio à União Europeia ao Programa de Mobilidade do Mercosul em Educação Superior; e, posteriormente, os Programas de Associação Acadêmica em pós-graduação, o Programa de Intercâmbio Acadêmico Universitário de Graduação em Língua Espanhola e Portuguesa e a ampliação do Programa Marca para a mobilidade de docentes.

O Programa Marca

O Plano Estratégico 2001-2005 do SEM definiu as seguintes linhas prioritárias para a educação superior: Acreditação, Mobilidade e Cooperação

Institucional. Neste processo, desenvolveu-se o Mecanismo Experimental de Acreditação de Cursos de Graduação no Mercosul (MEXA). Este mecanismo apontou para o aperfeiçoamento da qualidade dos cursos por meio da criação de um sistema comum de acreditação com base em critérios e parâmetros de qualidade previamente acordados. Este mecanismo começou com a acreditação dos cursos de Agronomia, Engenharias e Medicina Veterinária.

Infere-se dos dados disponibilizados na página do Sistema que a Acreditação Regional de Cursos de Graduação é resultado de uma RME, homologado pelo CMC do Mercosul por meio da Decisão CMC n.º 17/08.

O processo de acreditação anteriormente denominado MEXA evoluiu para o atual Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul (Sistema ARCU-SUL). Este novo sistema tem como objetivo realizar a acreditação de cursos através da Rana, avaliando desde a estrutura curricular até a física dos cursos e das universidades, oferecendo garantia pública, entre os países da região, do nível acadêmico e científico dos cursos, durante o período de seis anos, quando se torna necessário iniciar o processo de reacreditação. Esse sistema respeita as legislações de cada país e a autonomia das instituições universitárias, e considera em seus processos apenas cursos de graduação que tenham reconhecimento oficial em seu país.

No Brasil, o Sistema de Acreditação de cursos é amparado pela Portaria MEC n.º 1.734, de 9 de dezembro de 2011, em que são designadas a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) como representantes do país no referido sistema.

Atualmente, o ARCU-SUL possui cursos acreditados nos seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia e Venezuela, nas áreas de: agronomia, arquitetura, enfermagem, engenharias,

odontologia, medicina e veterinária. Sendo assim, para garantir a qualidade do programa, a igualdade e reciprocidade de carreiras, apenas participam do Marca cursos que foram acreditados através do Sistema ARCU-SUL.

Para se ter ideia da evolução do programa, ressalta-se que a primeira edição do Marca foi no segundo semestre de 2006 e, nessa primeira convocatória, participaram 58 alunos, somente na área de agronomia. A partir do segundo semestre de 2008, foram incluídos os cursos de engenharias, medicina veterinária e agronomia, resultando em 140 alunos mobilizados. Em 2014, foram mobilizados 445 estudantes em diversas áreas. Após esse ano, o número de mobilidades teve um declínio em razão das crises nos países da região.

O Programa Marca possui um GT em que participam os representantes do programa de cada Ministério da Educação dos países envolvidos. A reunião do grupo de trabalho é anual e ocorre sempre no início de cada ano. Cada país possui um Ponto Focal, pelo qual seus representantes encarregam-se de divulgar e dar seguimento aos procedimentos acordados pelo Grupo Gestor do Programa. Os pontos focais localizam-se também no Ministério de Educação de cada país. Abaixo dos pontos focais, ficam as Assessorias Internacionais das Universidades, que devem sempre eleger um coordenador institucional, responsável pelos trâmites de envio e recebimento de estudantes e um coordenador acadêmico, responsável pelos trâmites internos do curso.

A iniciativa é organizada por meio do Sistema de Informação Universitária (SIU), sistema este que gerencia o Marca e é coordenado pela Argentina. Nele, os coordenadores acadêmicos e institucionais carregam os dados dos alunos e consultam informações das universidades de destino dos estudantes. Assim, os colaboradores do programa podem comunicar-se com os coordenadores das universidades que recepcionarão seus alunos e estas mantêm um controle de dados dos mesmos.

No Brasil, o projeto é financiado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para repasse do valor das bolsas aos estudantes. Há um *link* específico na página da CAPES para que os estudantes cadastrem seus dados para receber o auxílio. Nos outros países, as bolsas pagas aos estudantes são de responsabilidade das próprias universidades, que repassam os auxílios diretamente aos discentes.

Vale ressaltar que o Programa Marca possui um documento com princípios e objetivos que o regem e garantem a confiança e credibilidade entre os países, tal documento foi formalizado em 2007 e é vigente até a atualidade: o PROMARCA. Ele apresenta os seguintes princípios: confiança, flexibilidade, transparência, solidariedade, multiplicação, qualidade, integração, diversidade, continuidade, avaliação, inclusão e interdisciplinaridade. Além de apresentar instruções para os atores envolvidos no processo — pontos focais, coordenadores acadêmicos e institucionais etc.

Expectativas para o crescimento do Programa Marca

A Comissão de Educação Superior do Mercosul atualmente desenvolve o projeto Sistema Integrado de Mobilidade do Mercosul (SIMERCOSUL), o qual visa integrar todas as mobilidades da região em um mesmo sistema digital, com uma gestão única e com a intenção de aproximar os valores dos auxílios pagos aos estudantes, docentes e coordenadores.

Além disso, a RANA está ampliando as áreas e realizará as próximas creditações nos cursos das áreas de economia, farmácia/bioquímica e geologia. Mais países estão aderindo às redes de acreditação, como Peru e Equador. No edital para os anos de 2018 e 2019, a Colômbia ingressou como participante do programa.

Referências

BULOW, Marisa Von. *A batalha do livre comércio*. São Paulo: Unesp, 2014.

MERCOSUL EDUCACIONAL. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/>. Acesso em: out. 2017.

MERCOSUL. Página brasileira do Mercosul. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/>. Acesso em: out. 2017.

PROGRAMA MARCA. Página do Programa. Disponível em: <http://programamarca.siu.edu.ar/>. Acesso em: out. 2017.

SISTEMA ARCUSUL. Disponível em: <http://arcusul.mec.gov.br/index.php/pt-br/>. Acesso em: out. 2017.

SISTEMA SIU. Página do Sistema de gestão do Programa MARCA. Disponível em: <http://marca.siu.edu.ar/>. Acesso em: out. 2017.

A internacionalização das universidades é inevitável, e as instituições começam a implementar suas políticas e estratégias, influenciadas pelas dinâmicas acadêmicas internacionais, pelas políticas governamentais nacionais, regionais e mundiais. O desafio é manter o foco nas questões e necessidades locais, beneficiando-se de competências internacionais. Deve ser definida de acordo com o perfil das instituições e das necessidades das suas comunidades, com potencial para melhorar o ensino e a pesquisa localmente produzida de modo a fomentar o crescimento sustentável da região, em diálogo constante com o contexto global e valores compartilhados em projetos acadêmicos de temáticas transversais, multidisciplinares e interinstitucionais, a fim de estruturar uma rede territorial de cooperação acadêmica. É mais um instrumento para fomentar o diálogo entre atores da internacionalização acadêmica. Esta obra apresenta reflexões sobre as políticas de internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil; foca na questão do pertencimento e da atuação em redes internacionais de pesquisa e de diálogo acadêmico; as políticas linguísticas em prol da internacionalização também são objeto de ampla reflexão, aliando-se a sugestões de boas práticas como duplas titulações e eficientes modelos de mobilidade baseados em simetria e reciprocidade. Apresenta discussões voltadas aos programas de cooperação acadêmica e às parcerias consolidadas entre universidades e órgãos internacionais. Boa Leitura!